

Uma primeira aproximação às fronteiras espaciais e culturais no sul da América Portuguesa e Espanhola a partir da chegada dos europeus (SXVI).

Lucía T. Rombolá

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
rombola@estudante.ufs.edu.br; luciatrombola@gmail.com

Mirian Carbonera

Professora do Departamento de Ciências Ambientais da Unochapecó e Coordenadora do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)
mirianc@unochapeco.edu.br

1. Introdução

A conquista europeia na América do Sul trouxe profundas mudanças ecológicas e sociais, com variações no processo de estabelecimento dependendo das áreas, períodos e populações envolvidas (Monteiro, 1992; Noelli, 1999). As relações entre os impérios da Espanha e de Portugal foram marcadas por conflitos territoriais e ideológicos, com tentativas de delimitar fronteiras por meio de tratados como os de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso. Esses acordos, no entanto, não resolveram plenamente as disputas, resultando em uma competição contínua para converter povos indígenas como estratégia de consolidação territorial (Herzog, 2015). Por tanto, as relações entre europeus e povos indígenas configuraram uma zona de fronteira, onde interesses conflitantes moldaram alianças e rivalidades.

O conceito de fronteira pode ser entendido também num sentido identitário ou cultural, como resultado das interações entre grupos (Comissoli, 2021). A etnicidade, sendo um processo dinâmico ligado às mudanças históricas (Eriksen, 2005), revela-se nas relações entre populações indígenas e europeus, bem como entre os próprios povos indígenas. Com a chegada dos colonizadores, essas relações foram reconfiguradas: em alguns momentos, grupos indígenas se uniram ao identificar os europeus como "os outros", enquanto, em outras ocasiões, antigas rivalidades foram intensificadas (Adelman; Aron, 1999).

Este estudo utiliza fontes históricas espanholas, como os relatos de Ulrich Schmidl e Pedro Hernández, para explorar as fronteiras espaciais e culturais no sul da América Portuguesa e Espanhola. Esses documentos, produzidos por agentes da colonização espanhola, oferecem detalhes valiosos sobre o território e os grupos que ali viviam, focando nos Espanhóis e nos Guarani.

2. Metodologia

Analisaremos os registros de viagem de Ulrich Schmidl e Pedro Hernández, respectivamente, “*Viaje al Río de la Plata (1534-1554)*” e “*Comentários*”, produzidos no século XVI. Esses textos representam as evidências mais antigas sobre o contato entre europeus e povos nativos no território onde atualmente se encontram o Paraguai, o sul do Brasil e o nordeste da Argentina. Aqui buscaremos informações que nos permitam refletir sobre as fronteiras espaciais e culturais e suas transformações ao longo do tempo. Como os textos foram produzidos pelos grupos dominantes, ou seja, os europeus, as caracterizações dos outros e do continente americano baseiam-se em suas percepções culturais e no conhecimento do Velho Mundo. Isso requer uma análise crítica das fontes a partir da etno-história e com o uso da abordagem antropológica.

3. Resultados e discussão

As fontes fazem referência a diferentes espaços ocupados pelos grupos humanos que habitavam o continente americano. No caso dos Guarani, por exemplo, Schmidl (1948) descreve um estilo de vida com frequentes migrações dentro de um território amplo, o que favorecia o encontro com outros grupos populacionais na região do Rio da Prata. Com a chegada dos Espanhóis, essas dinâmicas se alteraram. Um exemplo disso foi a intervenção em conflitos entre Guarani e Guaycurúes. Hernández (1554) relata que os Espanhóis tentaram mediar essas disputas, enviando emissários para exigir que os Guaycurúes aceitassem a autoridade espanhola, permitissem o livre uso das terras pelos Guarani e interrompessem os confrontos, caso contrário, seriam considerados inimigos e sujeitos à guerra. Paralelamente, os Espanhóis tinham interesses próprios sobre o território, entrando em disputas com outras potências europeias, como Portugal. Herzog (2015) explica que a incorporação das terras variava: os Espanhóis podiam formar alianças com grupos indígenas convertidos ao catolicismo, garantindo domínio sobre as terras desses povos como vassalos da coroa; ou, se os nativos fossem considerados infiéis, apropriavam-se temporariamente das terras. Além disso, utilizavam documentos que justificavam a ocupação baseada nas teorias de "guerra justa", exigindo a aceitação da autoridade espanhola ou impondo a escravidão e a guerra (Seed, 1995).

A visão europeia de ocupação exigia a transformação das terras por meio da agricultura sedentária, algo que muitos povos indígenas não praticavam (Herzog, 2015). Conforme Armitage (2014), esses processos demonstram a integração do continente em um sistema atlântico de circulação de ideias, pessoas e práticas, conectando regiões e culturas que antes estavam isoladas.

Em relação às fronteiras culturais, pudemos distinguir fronteiras internas às sociedades, fronteiras externas e também fronteiras entre o que se considera humano e o que não. Quanto às primeiras, podemos falar das diferenças de gênero, que atuam como um eixo estruturador nas relações sociais, sustentadas por construções culturais sobre o que significa ser "homem" ou "mulher". Essas distinções têm perpetuado hierarquias e normas que se consideram naturais, embora sejam produto de processos históricos e performativos (Scott, 1995; Butler, 1998). Exemplos documentados incluem práticas de papéis específicos em atividades econômicas e rituais, como nas sociedades Guarani e Xaraye, onde homens e mulheres desempenhavam funções diferenciadas na agricultura e nos rituais de guerra (Hernández, 1554). A subordinação feminina se refletia tanto na colonização quanto nas dinâmicas preexistentes entre povos indígenas, evidenciada no intercâmbio e abuso de mulheres, seja entre europeus ou dentro das comunidades nativas (Schmidl, 1948). Embora algumas sociedades, como os Guaycurúes, mostrassem respeito pelas mulheres capturadas, em geral prevaleciam atitudes que objetivavam as mulheres como inferiores ou objeto de troca (Hernández, 1554; Schmidl, 1948).

Por sua vez, a relação entre religiosos, como jesuítas e franciscanos, e não religiosos, como soldados e políticos, marcou outra fronteira cultural interna entre os europeus na América. Os religiosos buscavam evangelizar os povos indígenas, enquanto os não religiosos perseguiram interesses econômicos e políticos (Elliott, 2006). Embora ocasionalmente colaborassem, surgiram tensões devido a conflitos de interesse, como o acúmulo de provisões pelos religiosos ou seus esforços para influenciar decisões políticas locais (Hernández, 1554). O choque de objetivos também levou a episódios de resistência mútua, como o rapto de mulheres indígenas por religiosos, o que gerou conflitos entre europeus e indígenas (Hernández, 1554; Herzog, 2015).

Quanto às fronteiras culturais externas, podemos dizer que se estabelecem entre diferentes grupos étnicos e se expressam como construções identitárias que distinguem o "nós" do "outro" (Barth, 1976). Essas divisões, embora baseadas em diferenças culturais e biológicas, são essencialmente históricas e moldadas por dinâmicas sociais e políticas. O contato entre Espanhóis e Guarani exemplifica como essas fronteiras podem se transformar. Inicialmente, os Guarani adotaram uma postura defensiva, mas após confrontos militares, aceitaram uma relação de aliança com os Espanhóis (Schmidl, 1948). Esse vínculo privilegiado permitiu aos Guarani se posicionarem frente a outros grupos indígenas, como os Payaguaes, Ágaces e Guaycurúes, na tentativa de obter vantagens políticas e territoriais (Hernández, 1554).

Por fim, a distinção entre humanos e não-humanos, que simboliza a separação entre

"cultura" e "natureza", é uma construção presente em todas as sociedades, embora, como aponta Ortner (1972), não haja uma fronteira concreta entre esses domínios no mundo real. Nos relatos históricos, essa distinção se reflete, por exemplo, na maneira como os europeus descreviam os indígenas. Em trechos como "e ali tendo toda a gente e os índios comido e descansado" (Hernández, 1554, p. 31, nossa tradução), observa-se que o termo "gente", palavra usada para descrever as pessoas, é reservado aos europeus, enquanto os indígenas são excluídos dessa categoria. Então, os índios não são gente ou pessoas? Essa separação está enraizada em teorias evolucionistas que colocavam os povos indígenas como menos evoluídos, próximos à natureza e ao estado "primitivo" (Tylor, 1871). A colonização intensificou essa desumanização, impondo uma relação hierárquica onde os indígenas eram vistos como inferiores, menores e frequentemente associados ao mundo animal (Lugones, 2014). Paralelamente, os europeus estabeleciam relações distintas com os animais, marcadas por uma visão extrativista que os classificava como recursos. Relatos como os de Hernández (1554) mostram que os Guarani mantinham relações mais diversas, criando e domesticando animais como galinhas e patos, mas convivendo com outros, como macacos e papagaios, de forma não utilitária. Essa abordagem reflete uma ontologia distinta, que, como argumenta Viveiros de Castro (1998), não separa rigidamente humanos e não-humanos, mas reconhece múltiplas formas de interação. Assim, as fronteiras entre cultura e natureza revelam não apenas as hierarquias impostas, mas também a diversidade de perspectivas sobre o que significa ser humano.

4. Considerações finais

Analisamos e desambiguamos as fronteiras nos documentos escritos por Ulrich Schmidl e Pedro Hernández no século XVI. Identificamos fronteiras espaciais, bem como fronteiras culturais, que podem ser internas, como as fronteiras de gênero ou entre espanhóis religiosos e não religiosos, externas, como as geradas entre povos indígenas e europeus, e, por fim, aquelas que estão ligados à o que é humano e o que não é humano, e como os seres humanos ou animais podem ser classificados em uma categoria ou outra. Contudo, apesar dos nossos esforços para separar e classificar as fronteiras, é evidente que elas estão inter-relacionadas num panorama complexo e que todas servem para explicar também a formação de outras fronteiras.

Referências

- ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen. From borderlands to borders: Empires, nation-states, and the peoples in between in North American history. *The American Historical Review*, v. 104, n. 3, p. 814-841, 1999.
- ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 206-217, maio/ago. 2014.
- BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. v. 197, n. 6. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1998.
- COMISSOLI, Anderson. Reflexões em torno de fronteiras e alteridades voltadas à investigação em história. In: SCHMITT, Anderson Marcelo; WINTER, Murillo Dias (Org.). **Fronteiras na história: atores sociais e historicidade na construção do Brasil meridional (Séculos XVIII-XX)**. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021.
- ELLIOTT, John H. **Imperios del mundo atlántico: Gran Bretaña y España en América, 1492-1830**. Traducción de Marta Balcells. Madrid: Taurus, 2006.
- ERIKSEN, Thomas. Ethnicity and nationalism. **Nations and Nationalism**, p. 135-148, 2005.
- HERNÁNDEZ, Pedro. **Comentarios: Cabeza de Vaca, adelantado y gobernador del Río de la Plata**. [s.l.], 1554.
- HERZOG, Tamar. **Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista estudos feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e a história de São Paulo – revisitando a velha questão Guaianá. **Novos Estudos Cebrap**, n. 34, p. 112-140, 1992.
- NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000. **Revista USP**, n. 44, p. 218-269, 1999.
- ORTNER, Sherry. Is female to male as nature is to culture? **Feminist studies**, 1(2), 5-31, 1972.
- SCHMIDL, Ulrico. **Crónica del viaje a las regiones del Plata, Paraguay y Brasil**. Buenos Aires: Editorial Peuser, 1948.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SEED, Patricia. **Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World 1492-1640**.



Cambridge: Cambridge University Press, 1995, 199 pp.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom. London: John Murray, 1871.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Cosmological deixis and Amerindian perspectivism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 4, n. 3, p. 469–488, 1998.